



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

PROCESSO Nº 2021.0.000000242-3

ATA DE REUNIÃO AGOSTO/2021

Data	20/08/21
Local	ZOOM Meeting
Início	16:00
Fim	19:15

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretora Geral e Presidente da Comissão Gestora do PLS
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	Coordenador de Planejamento Estratégico (substituto)
Taciana Ferreira da Costa	ODPLS1 - SEALMO

Fabiano Freitas Barbosa	ODPLS1 - COLOG
Flavio Augusto Castanheira Celano	ODPLS2 - COSEG
Sonia Martins Fernandes	ODPLS3 - SESERG
Gisele Goneli de Lacerda	ODPLS4 - CSINT
Flávia Conceição de Lima Vidal	ODPLS5 - SESTSU
Felipe de Mello Santos	ODPLS6 - SECOMP
Rodrigo da Rocha Camargos	ODPLS6 - SECCON
Francisco Nobre de Almeida Cunha	ODPLS7- SEDCOR
Raphael Augusto Pereira de Amorim	ODPLS8 - SECTRA

2. Convidados.

Nome	Unidade
Marcos Jose Guerrero Silva	CDESC
Moema Munck Ayres Pereira	SESTSU
Isabella Vitoria Abduche Feijó	SESTSU
Luciano dos Santos Dantas	COMAP
Diego Ferreira Guedes	SSG

O servidor Rodrigo Costa Japiassu não compareceu à reunião.

3. Pauta

Desempenho do Tribunal no PLS – acompanhamento 1º Semestre 2021

Acompanhamento de deliberações das reuniões anteriores

Deliberações em iniciativas

Apresentação do Resultado no 5º Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário

Diretrizes da Res. CNJ 400/2021

Aviso processo de construção do novo PLS

4. Descrição da reunião

Aberta a reunião pela Flavia Vidal, da SESTSU, que informou a pauta.

TEMA: Desempenho do TRE/RJ no 1º semestre de 2021

Observações relevantes:

O quadro com resumo das deliberações das reuniões anteriores, com suas pendências e atividades em andamento foi apresentado intercaladamente com os resultados e metas dos indicadores. Destacou-se que os mesmos ainda sofrem efeito decorrente da pandemia da COVID-19, sendo que a “Uso eficiente de insumos e materiais” e " Energia elétrica, água e esgoto e telefonia" apresentam resultados críticos.

TEMA: Uso eficiente de Insumos e Materiais

Observações relevantes:

Taciana pontuou: foi feita compra de copo de tamanho único de 180ml e de material biodegradável, sendo que inicialmente estão acabando de distribuir os estoques antigos; foi acordado com a SESTSU que o prazo para início do "Estudo para divulgação dos resultados obtidos pelo BI e sensibilização quanto ao consumo de resmas de papéis" seja em novembro/21 devido às demandas atuais da SESTSU, inclusive de elaboração do novo PLS; o aprimoramento do relatório de diagnóstico de consumo de material está prejudicado em função do trabalho remoto.

Luciano pontuou: a COMAP continua fazendo os questionamentos e liberações pontuais de quantitativos de copos que extrapolam o ato que disciplina a distribuição de copos; se haveria alguma previsão/discussão sobre revisão deste ato, no sentido de abrandar ou restringir mais, pois isto impactaria diretamente na firmeza da COMAP em negar ou conceder pedidos, no planejamento de aquisições

inclusive do ano eleitoral que já está sendo iniciado; que o anexo ao ato se baseou à época num consumo de 1,3 no ano, comparando-se com outros tribunais, e alterações no ato iriam impactar diretamente no indicador; todo relatório/histórico de consumo de materiais dos últimos 18 meses está fora da realidade atual, e toda estimativa futura de consumo está se baseando em 2017 e 2018 quando havia trabalho presencial; acrescentou que uma quantidade mínima de purificadores foi comprada mas ao final dependerá dos levantamentos a serem feitos pela COENG.

Guerreiro pontuou: em 2019 começaram a pedir para levarem as canecas nos cursos presenciais e viram que algumas pessoas levavam e outras não, indicando que isto era uma questão de mudança de cultura.

Adriana pontuou: para eventos/reuniões com o público interno ou público externo maior seja alinhado com as unidades envolvidas e comunicado previamente aos participantes que tragam suas canecas/copos /squeezes; no caso de público externo menor, ou os eventos/reuniões que envolvam magistrados e empresas, pode-se usar a louça/serviços da copa.

Celano pontuou: os levantamentos que estão pendentes pela COENG estavam em bom ritmo, mas foram prejudicados pela pandemia, não tendo como dar uma estimativa para o término.

Fabiano pontuou: quantidade de impressões bem abaixo da média; grande distorção de insumos no 1º semestre de 2021 se comparado ao ano inteiro de 2020, denotando uma demanda reprimida de 2020 (já apontada na reunião anterior) e expectativa das Zonas de retorno ao trabalho presencial integral que não se concretizou;

Fabiano acrescentou que a implantação do outsourcing está em vias de finalização (em agosto/21) e que em julho não pôde ser encerrado devido ao período de inventário patrimonial, restando apenas 2 das 49 Zonas da capital; com a finalização da ação poderão ser medidas as impressões de toda capital, mesmo algumas impressoras ainda não estando em rede e sim em USB onde essas informações serão captadas mesmo que de forma não tão rápida (caso das que estão em rede); a SEMANT deve acabar, até o fim de setembro/21, de colocar as impressoras que estão em USB na rede, conforme tratativas com a COENG diante de outras demandas daquela unidade em função do retorno ao presencial.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Novo prazo para Início dos estudos de divulgação dos resultados obtidos pelo BI e sensibilização das Zonas Eleitorais quanto ao consumo de resmas de papeis.

Prazo: Novembro/ 21

Responsável: SESTSU/SEALMO/COMAP

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração do prazo para dezembro/21 das atividades "Verificação da pré disposição dos imóveis para a instalação dos equipamentos" e "Levantamento de imóveis com necessidade de adaptação".

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

TEMA: Energia Elétrica, Água e Telefonia**Observações relevantes:**

Celano apontou: a meta para o 1º semestre foi mais desafiadora pois tinha expectativa que somente no 2º semestre haveria um consumo maior; a Deode trocou todas as lâmpadas e ar condicionados previstos no projeto, exceto os aparelhos da Rodrigues Alves (RA) que eram mais novos; os frutos do trabalho da Deode já devem ser colhidos no 2º semestre (até dezembro/21); foram instaladas as células fotoelétricas no imóvel da Saúde, sendo que na RA será maior (telhado maior que 1.000m²); seremos geradores de energia e o valor a maior será utilizado para compensação de outras faturas; haverá relatório informando o quantitativo de energia gerado; foram trocados hidrômetros na Sede, RA, Caju e CCJE (basicamente os imóveis de maior consumo) por modelo com pré-disposição para telemetria para monitorar com maior precisão e on-line o consumo de água, apontando distorções, possíveis vazamentos em tubulações ou problemas no próprio hidrômetro; será verificado com a STI a possibilidade de ajudar com a leitura da telemetria; foi feito benchmarking sobre gestão dos dados das concessionárias de água e energia com outros regionais, sendo que MG usa um sistema especial, PR migra os dados para um sistema e RS não tem controle efetivo (apenas acompanha); SP não possui muitas contas pois a maioria dos cartórios está em imóveis da prefeitura ou do TJ (fórum), tendo o consumo agregado aos termos de cessão; em reunião com a STI, devido a demanda por sistemas ser maior que a capacidade da equipe de desenvolvimento ficou acertado que na 1ª fase será elaborado um BI até dezembro/21 para tratar os dados das concessionárias e na 2ª fase, um sistema; o BI já trará ganho de gestão, pois identificará distorções com maior rapidez e organizará os dados para quando for feito o sistema, entretanto ainda não atende quanto à questão da operação, pois ainda será necessária a alimentação de diversas planilhas; foi reiterado o questionamento com a Ceda e sobre os valores de cobrança mínima acima do consumo real; foram feitas reuniões com a empresa júnior Hidros Consult (empresa de consultoria vinculada a UERJ que faz projetos para redução do consumo de água) e apresentados os imóveis administrativos; no Caju foi solicitado que não sugerissem nenhum trabalho a mais em razão de já haver um plano diretor em andamento para ele; na RA a Hidros irá sugerir uma caixa d'água para reuso pois existe espaço disponível mas a laje precisa ser avaliada para saber se suporta; na Sede será sugerida uma caixa d'água para coleta de água de chuva; Hidros enviará um relatório para ser avaliado e verificar possível contratação do projeto dentro do limite de contratação direta; o desempenho de telefonia foi em função do sistema Siga-me que programou as ligações dos ramais para o celular de servidores, sendo que a medida do retorno ao presencial será feita a desprogramação, trazendo expectativa de melhora do indicador.

Esclareceu sobre o sistema "Siga-me": o do pabx é diferente do usado em telefone fixo pois ele já está

incluso no serviço do pabx; a ligação para a mesa de pabx quem paga é o usuário, seja originária de um fixo ou celular, sendo que a ligação do pabx para o celular do servidor quem paga é o TRE, sendo cobrada pela Oi como uma ligação para celular

Flavia pontuou: a necessidade de se ter um relatório com o quantitativo de energia gerado para se informar ao CNJ; os trabalhos da empresa Hidros são supervisionados e assinados pelos professores da UERJ, sendo normalmente abaixo do valor de mercado; que existe projeto de legislação que prevê contratação de empresa júnior prevendo dispensa de licitação a fim de fomentar a existência delas nas universidades públicas; a Hidros já foi contratada pela Marinha e sendo de interesse do TRE, posteriormente será visto com o jurídico como viabilizar a contratação. Alertou ainda sobre a necessidade de ser informado no Gerir os valores de água e energia consumidos e não os faturados pelo mínimo cobrado pela concessionária.

Adriana pontuou: valores de telefonia altos demais considerando que o sistema Siga-me é só para os ramais da Sede;

Sonia forneceu a seguinte informação extraída da internet: O serviço Siga-me não possui custos de dados pelas operadoras. Contudo, a partir do redirecionamento, quem paga pela ligação é você. Ou seja, se você determinou que o seu telefone fixo de casa redirecione suas chamadas recebidas para o seu celular, o trajeto casa-celular será cobrado, na conta do seu celular.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Verificação com a STI disponibilidade para desenvolvimento de ferramenta/sistema de telemetria para leitura de dados dos novos hidrômetros

Prazo: Próxima reunião da CGPLS

Responsável: COSEG

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Caso inviável solução da STI para telemetria, verificar a viabilidade de inclusão na Proposta Orçamentária e no Plano Anual de Contratações de 2022, ambos já concluídos, bem como no novo PLS, além da aprovação no CGE.

Prazo: Próxima reunião da CGPLS

Responsável: COSEG

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração do prazo para dezembro/21 das seguintes atividades: "Aperfeiçoamento do sistema de controle de consumo tanto para a água quanto para a energia", "Concluir diagnóstico dos imóveis" e "Avaliar possibilidade de utilização de água de reuso/água da chuva".

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

TEMA: Gestão de Resíduos**Observações relevantes:**

Sônia pontuou: foi feito levantamento retroativo a maio/21 dos resíduos recicláveis e atualizados os dados no Gerir; o PGRS está parado há quase 1 ano em função da pandemia; não saiu a portaria de designação de nova equipe do projeto, impossibilitando sua atuação plenamente; não cabe na ficha constituição e sim atualização da nova equipe proposta; necessidade de prorrogação do prazo de aprovação do PGRS para agosto/22 em função dos itens anteriores já expostos.

Flavia pontuou: mudanças na ficha do PGRS só com a deliberação do CGE, mas pode constar que as mesmas já foram avaliadas e aprovadas no CGPLS.

Celano pontuou que as lâmpadas de LED estão tendo considerável valor de mercado e provavelmente será envolvida em logística reversa em breve.

Não houve oposição dos membros quanto às alterações propostas na ficha a ser encaminhada ao CGE.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Encaminhamento à SEDINE de cópia da presente ata e da planilha de monitoramento preenchida pela SESERG para inclusão em pauta de reunião do CGE.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

TEMA: Capacitação dos servidores em educação socioambiental**Observações relevantes:**

Guerrero sugeriu: cancelamento do curso presencial em 2021 em virtude da pandemia e da grande demanda de realização de cursos em andamento na SEDCOR; seja ofertada nova turma de “Ética e Cidadania Ambiental” "no lugar" da turma presencial.

Flávia pontuou: o material que estava sendo elaborado pela SESTSU não é um curso extenso e sim uma apresentação curta do Guia de Compras do TRE-RJ, e que foi interrompido em função das eleições, da elaboração do Planejamento Estratégico do TRE, vindo a ser retomado após a elaboração do novo PLS; o indicador provavelmente atingirá a meta em função das participações já contabilizadas; poderá não haver adesão para uma nova turma de “Ética e Cidadania Ambiental” em função do curto intervalo de tempo decorrido.

Adriana concordou com a suspensão do curso presencial, tal como vem ocorrendo com demais eventos presenciais, e a possibilidade de convertê-lo em EAD, quando possível.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Disponibilizar a 2ª turma de “Ética e Cidadania Ambiental”.

Prazo: Até o fim do 2º semestre

Responsável: SEDCOR

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração do status das atividades "Realizar contratação de curso no Tema Sustentabilidade, presencial - Sede" de 2021 e "Oferecer 2 Turmas de cursos na matéria "ambiental", na modalidade EAD - Sede e ZEs" de 2020 para Cancelada/Suspensa.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

TEMA: Sensibilização**Observações relevantes:**

Flávia pontuou: será feita uma campanha em conjunto com a CSINT de retorno ao trabalho presencial seguro e sustentável, tendo uma identidade visual única; os adesivos que devem ser elaborados para as escadas apresentarão os valores economizados cumulativamente desde 2010, com objetivo de reforçar os hábitos sustentáveis. Apresentou os displays colocados nos corredores com os cartazes e o vídeo da campanha.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Elaboração da campanha contra a cultura de estoque no dia do consumo consciente.

Prazo: Outubro/21

Responsável: SESTSU

TEMA: Qualidade de vida no ambiente de trabalho**Observações relevantes:**

Flávia destacou: o indicador é medido/calculado apenas anualmente; foram realizadas 7 ações com 442 participações; a CSINT está reavaliando a nova ficha para a iniciativa “Realização de ações de qualidade de Vida no Trabalho no biênio 2020-2021” de forma a alinhar o programa aos normativos do CNJ.

Gisele informou que foram elaborados cartazes para o retorno gradual às atividades presenciais incluindo recomendações sustentáveis e também elaborado um vídeo.

TEMA: Contratação sustentável**Observações relevantes:**

Rodrigo pontuou: houve alteração na metodologia de medição, de forma a não apenas se basear nos critérios apontados pelo Guia do TRE, fazendo com que a área solicitante buscasse e identificasse no

mercado outros critérios sustentáveis; foi uma forma de fomentar a busca mesmo sabendo que poderia vir a contribuir negativamente para o indicador; a área, maior conhecedora do objeto solicitado, terá maior condição também de pesquisar se existem novas soluções sustentáveis. Exemplificou uma pesquisa que fez sobre seguro onde o objeto/serviço a ser contratado pode não ter critério sustentável, mas no entanto a empresa que o negocia adota práticas sustentáveis.

Flavia pontuou: o estudo de viabilidade de compras compartilhadas havia finalizado; o termo de adesão à Rede ReciclaPorto será feito através da coleta de assinatura física (em papel) para agilizar o processo devido aos inúmeros entraves para a assinatura digital; que o projeto piloto de compras compartilhadas conste no novo PLS a ser elaborado.

Felipe pontuou: mudará o fluxograma no novo plano de ação para o projeto piloto de compras compartilhadas a ser elaborado; o andamento das tratativas com os membros da Rede ReciclaPorto está lento e por isso cogita a realização de pesquisa de material a ser comprado de forma compartilhada com outros órgãos de fora da Rede, por exemplo, outros regionais, não deixando, da mesma forma, de atender a Resolução sobre Governança.

Adriana aprovou a ideia de inclusão como critério sustentável a empresa que adote práticas sustentáveis, mesmo que o seu objeto/serviço negociado não tenha características sustentáveis.

Sonia pontuou: o plano piloto adotado foi uma contratação híbrida pois, para que fosse por m², deveria ter sido feito levantamento de quantidade de janela, banheiro, mobiliário, área interna e externa etc, e como os cartórios do interior são pequenos, foi adotado uma média destes itens e incluído os postos de trabalho; foram feitas contratações de 6h e 4h que acabaram apresentando dificuldades; contrato ficou engessado e se mostrou ineficaz durante a pandemia e eleição, quando foi preciso aumentar a carga horária e solicitar horas suplementares; a alta rotatividade, em função dos baixos salários, dos ASGs que cumpriam carga de 4h gerou uma insegurança maior dos chefes de cartório e ausência de rotinas de trabalho de limpeza, além da dificuldade da empresa em contratar pessoas para este regime, gerando também postos de trabalho vagos. Esclareceu que: foi feita pesquisa com outros órgãos e foi escolhida como base a contratação do TCU, que se refere a avaliação de resultados e que está sendo aplicada na capital; mensalmente o fiscal do contrato envia para 10 chefes de cartório uma avaliação dos serviços prestados, com 3 critérios objetivos e depois os envia para a empresa; se chegar a um limite na avaliação haverá desconto em fatura; a empresa, para não sofrer desconto em fatura, vai se ajustando para manter a qualidade; este modelo tem se mostrado bom e está sendo bem aceito por todos; com a rescisão do projeto piloto, nova contratação para o interior está sendo feita neste modelo de avaliação de resultado com possibilidade de desconto na fatura, inclusive por IMR, mas foi mantida apenas a carga horária de 6h devido a menor rotatividade apresentada. Resumiu informando que: o modelo piloto não será aplicado a outras unidades por ter se demonstrado ineficaz e que sua utilização na Sede também seria inviável devido à dificuldade de levantamento de dados pela COENG; com o "novo normal" será reavaliada a quantidade de ASGs, podendo vir a diminuí-la, inclusive o número de encarregados, a fim de diminuir também a ociosidade dos postos de trabalho; no momento não deverá ser alterado este quantitativo devido à necessidade de equipes de reserva para inclusive cobrir problemas de escala devido a possíveis afastamentos por motivo de contaminação.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Considerar a iniciativa "Estudo para implementação dos serviços de limpeza por m²" como conclusa.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Apresentação de nova ficha para projeto piloto de compras compartilhadas, considerando a possibilidade de inclusão de outros órgãos fora da Rede ReciclaPorto.

Prazo: Imediato

Responsável: SECOMP

TEMA: Deslocamento de pessoal, bens e materiais**Observações relevantes:**

Raphael pontuou: haverá aumento natural da demanda no 2º semestre devido ao retorno ao presencial; os projetos pilotos de terceirização/contratação de caminhões para o interior e o de transporte de passageiros via aplicativo ou web, terminaram a fase de elaboração do Termo de Referência e foram encaminhados para serem licitados, com expectativa de início de operação em 2022; o piloto de caminhões é uma proposta de 2 anos de contrato, tal qual já adotado em outros tribunais, pagando uma parte com recursos eleitorais, prevendo aumento de demanda em anos eleitorais, eliminando a necessidade de renovação anual, a qual poderia inclusive coincidir com ano não eleitoral; está aguardando o resultado e avaliação dos pilotos para propor ou não alteração de prazo e/ou meta da última atividade que é a terceirização do restante da frota; os estudos de custos de distribuição de galões de água e de materiais perderam o objeto, podendo vir a ser excluídos, pois a SAD já os desenvolveu por vias paralelas, elaborando inclusive contratação em modelo distinto.

Celano pontuou: o piloto de caminhões será um contrato permanente, incluindo a demanda para o período eleitoral, otimizando o processo licitatório pois será menos uma licitação/contrato em ano eleitoral.

Luciano pontuou: se apresentaram dificuldades no modelo de aquisição descentralizada, tendo sido usado o galão de água como piloto para o grupo de planejamento de aquisições de materiais como um todo, com estudos preliminares, avaliação de riscos etc para verificar a viabilidade do modelo, principalmente no

interior; a exclusão do estudo sobre materiais, por não ser um momento que se conseguirá ser eficaz, inclusive porque o home office ou a configuração futura da atividade presencial está trazendo dificuldade para se parametrizar o quantitativo necessário de materiais; que o contato com outros órgãos vem informando que o almoxarifado virtual também tem tido suas dificuldades; a conclusão do estudo sobre galões uma vez que o projeto piloto encontra-se em fase de contratação.

Adriana concordou com a exclusão do estudo sobre custo de distribuição de materiais, justificando que não seja o momento propício para a sua realização, já que estamos prioritariamente em regime remoto.

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração do prazo para implantação dos 2 projetos pilotos para novembro de 2021.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração do status do estudo sobre custo de distribuição de galões para concluído, sendo indicado o processo no qual de contratação como documento de referência.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Alteração do status do estudo sobre custo de distribuição de materiais para suspensão/cancelada, sendo incluída a justificativa.

Prazo: Imediato

Responsável: SESTSU

TEMA: 5º Balanço Socioambiental do judiciário e Resolução CNJ 400/21

Observações relevantes:

Flávia pontuou: os novos parâmetros que entrarão no cálculo do IDS (Gasto de telefonia fixa e móvel em relação à quantidade de linhas fixas e móveis, Quantidade de impressoras per capita, Participação relativa em ações de capacitação socioambiental e Participação relativa em ações solidárias); água e energia representam os maiores pesos para o cálculo do IDS; a dificuldade de comparar o TRE-RJ com outros regionais devido as diferentes realidades, influenciando inclusive na definição de metas para o novo PLS; com relação a compensação de carbono trazida pela Res. 400 do CNJ: a Cabify antes de sair do Brasil tinha trabalho de compensação de carbono; que poderíamos alugar veículos de empresas que investissem em carbono zero (por compensação); existem empresas especializadas em calcular o passivo de carbono de um órgão pois não é algo tão simples, envolve vários fatores como carro, papel etc; o plantio de árvores é a prática mais difundida de compensação de carbono. Apresentou a matriz de importância para o cálculo do IDS. Destacou algumas diferenças da Res CNJ 400/21: indicadores novos; toner passa a ser medido por quilo; resíduo médico medido por litro; equidade e igualdade sem indicadores; plano de compensação de emissão de carbono até 2030; novo PLS deve estar alinhado também aos Planos de Contratações e ao de Obras.

Raphael pontuou: com relação à compensação de emissão de carbono há regional que está estudando a compra de carro elétrico; carro elétrico ainda é uma opção cara em função da baixa oferta no mercado.

Celano pontuou: receio de outros regionais estarem incluindo o m² dos imóveis cedido dentro do cálculo do m² total; há movimento de terceirização e não aquisição de veículos; a inclusão de um % de veículo de aplicativos ou terceirizados serem elétricos pode levar a uma impugnação/inviabilização da licitação.

Gisele sugeriu benchmarking com TJ sobre utilização de carros híbridos pois está sendo revista a frota daquele órgão. Mencionou que, segundo Fábio (pessoa de contato no TJ), os carros elétricos ainda são muito caros e não possuem a categoria Sedam que é utilizada para as autoridades.

Robson pontuou que os cálculos para a emissão de carbono são muito complexos e que há possibilidade não só de compensação direta mas indireta através de "compra de carbono", ou seja, investimento em projetos que reduzem a emissão de carbono.

Adriana pontuou: necessidade de saber como os demais regionais estão interpretando/medindo/ informando os dados para o CNJ, de entender o porquê o TRE-RJ está em penúltima classificação, de saber quantos imóveis são sede, quantas contas são a cargo do regional etc; que aquisição de veículos não é mais a política do TRE-RJ

Deliberação do Comitê Gestor do PLS:

Elaboração enquete de dados do IDS com os demais regionais mediante ofício.

Prazo: Próxima reunião CGPLS
Responsável: SESTSU/COSEG/DG
Deliberação do Comitê Gestor do PLS: Solicitar orientação ao DPJ se deverá ser incluída a metragem quadrada dos imóveis cedidos no cálculo da área total.
Prazo: Próxima reunião CGPLS
Responsável: SESTSU
Deliberação do Comitê Gestor do PLS: Estudo de mercado de aluguel de veículos híbridos/elétricos visando conhecer realidade de oferta.
Prazo: Próxima reunião CGPLS
Responsável: SECTRA

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião.

**MOEMA MUNCK AYRES PEREIRA
ASSISTENTE I**



Documento assinado eletronicamente em 10/09/2021, às 17:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**FLAVIO AUGUSTO CASTANHEIRA CELANO
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 10/09/2021, às 17:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ROBSON ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM SUBSTITUIÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 10/09/2021, às 18:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**FLAVIA CONCEICAO DE LIMA VIDAL
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 10/09/2021, às 18:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**FELIPE DE MELLO SANTOS
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 14/09/2021, às 11:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**FABIANO FREITAS BARBOSA
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 14/09/2021, às 11:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**MARCOS JOSE GUERRERO SILVA
COORDENADOR(A) DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS**



Documento assinado eletronicamente em 14/09/2021, às 13:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**LUCIANO DOS SANTOS DANTAS
COORDENADOR(A) DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**



Documento assinado eletronicamente em 15/09/2021, às 09:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**GISELE GONELI DE LACERDA
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 16/09/2021, às 16:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**SONIA MARTINS FERNANDES
CHEFE DA SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS**



Documento assinado eletronicamente em 16/09/2021, às 16:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**DIEGO FERREIRA GUEDES
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V**



Documento assinado eletronicamente em 16/09/2021, às 16:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**RAPHAEL AUGUSTO PEREIRA DE AMORIM
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 16/09/2021, às 16:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**FRANCISCO NOBRE DE ALMEIDA CUNHA
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 16/09/2021, às 18:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**RODRIGO DA ROCHA CAMARGOS
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**



Documento assinado eletronicamente em 16/09/2021, às 18:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**TACIANA FERREIRA DA COSTA
MEMBRO DA COMISSÃO**



Documento assinado eletronicamente em 17/09/2021, às 12:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA
DIRETOR(A)-GERAL**



Documento assinado eletronicamente em 17/09/2021, às 16:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ISABELLA VITORIA ABDUCHE FEIJO
ANALISTA JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 20/09/2021, às 11:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1937148** e o código CRC **183564E3**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
